



LEGALIZAÇÃO DE DOGMAS, ATRAVÉS DA ESCRITA DAS RELIGIOSIDADES AFROS, PARA QUE TENHAM CREDIBILIDADE?

MARQUES, Maria Cristina¹

Mestranda em Relações Étnico-Raciais – CEFET-RJ

mariacmarques2010@hotmail.com

RESUMO - O presente artigo elabora reflexões acerca de algumas religiosidades predominantes brasileiras, com destaque especial aos cultos aos Orixás do Brasil, encontrados na Umbanda e no Candomblé. Nesse sentido, comunga-se com inúmeras atitudes ligadas ao sagrado, que são traduzidas em condutas e crenças religiosas, que mesmo sem querer passam a constituir parte do *ethos* cultural brasileiro. No curso desse processo, remonta-se ao engessamento do sistema colonial português com seu projeto salvacionista e demonizador que se concretizou nos primeiros séculos do descobrimento. Percorre-se o caminho da importância da oralidade nas religiosidades afros, de modo a não serem consideradas crenças por algumas autoridades como Religiões, ou seja, por não possuírem um compêndio próprio, relacionado a seus dogmas, assim como a Bíblia. Os escritos perpassam por Gilberto Freyre, dentre outros autores importantes ligados ao tema.

Palavras-chave: Umbanda, candomblé, oralidade

ABSTRACT - This article presents reflections on some Brazilian religiosity predominate, with particular attention to the cults of the Orishas Brazil, found Umbanda and Candomblé. In this sense, communes with numerous attitudes linked to the sacred, which is translated into behaviors and religious beliefs, even unintentionally come to constitute part of the Brazilian cultural ethos. In the course of this process goes back to inflexibility of the Portuguese colonial system with its Salvationist plan and Demonizer which took place in the early centuries of discovery. Runs through up the path of the importance of orality in afros religiousness, so they are not considered by some authorities as faiths Religions ie, for not having a proper compendium related to its dogmas, like the Bible. Permeates the writings by Gilberto Freyre, among other important authors linked to the theme.

Key-words: Umbanda, Candomblé, orality

¹Mestranda em Relações Étnico Raciais pelo CEFET-RJ, Especialista em Afrocartografia pela FUNEMAC – Fundação Educacional de Macaé, Especialista em Línguas Latina (UERJ), e Portuguesa (FEUC). Professora de Língua Portuguesa na Rede Municipal de Macaé, Inglês na Rede Estadual. Sacerdotisa de Umbanda dos templos CROHR&CIRPAIJA www.ogumhorusra.com.br



A descoberta do livro é, ao mesmo tempo, um momento de originalidade e autoridade. É ainda um processo de deslocamento que, paradoxalmente, torna a presença do livro milagrosa a ponto de ser repetida, traduzida, deturpada, deslocada (Homi K. Bhabha, O Local da Cultura, p.171)

O ser humano, por ser social, tem uma capacidade nata de se ligar a uma realidade sensorial, para dar conta dos embates do seu subconsciente. Para tal, agarra-se a um mundo espiritual, e por essas vias, carrega dentro de si um sentimento de unidade, em decorrência da fase antropocêntrica que envolve o indivíduo. É factível sua necessidade de compreensão do oculto ao real, e para orquestrar todo esse fenômeno é que nasce a maioria das religiões, que o próprio substantivo indica, religar, conectar a algo para dar conta das demandas subjetivas de cada indivíduo religioso. Na construção desse viés de fé, é que se desperta a abordagem de que a religião tem uma dupla função de dar conta das demandas aportadas na vida de um indivíduo e de salvação de seus males.

Em decorrência do sagrado, surge o termo “seita”, embora utilizado por alguns como pejorativo, quer, na verdade, designar um grupo de uma determinada corrente religiosa, filosófica ou política. A partir dessa definição, fazer parte de uma seita é ser sectário de algum culto religioso e para dar mais enfoque acerca disso, conceituam-se seitas como ensinamentos religiosos baseados na doutrina de um indivíduo ou grupo de pessoas que, intercorrentemente, orientam, dão apoio e ensinamentos. Sabe-se que existem muitas seitas no Brasil, mas a ênfase, nesses escritos, será dada, rapidamente, ao Pentecostalismo, ao Cristianismo, ao Kardecismo, às religiosidades afros, o candomblé e a Umbanda, esta última considerada genuinamente brasileira.

Um destaque especial, nestas linhas, deve ser dado aos cultos aos Orixás do Brasil, que nasceram de várias nações oriundas do continente africano. É importante para servir de orientação e legitimação desse culto, o maior destaque da influência da cultura Yorubá, que oferece dentro de seu aporte cultural, social e religioso, uma teogonia que lhe é própria, calçada na existência das divindades, dos Orixás, encontrados na Umbanda e no Candomblé. Não se pode deixar de ressaltar, também, a largueza e profundidade de muitas inferências africanas encontradas no candomblé, religião trazida pelos africanos, adaptada aos solos brasileiros, *a priori*, na Bahia.

No curso desse processo, remonta-se ao engessamento do sistema colonial português com seu projeto salvacionista e demonizador que se concretizou nos primeiros séculos do



descobrimto. *A priori*, pelas catequeses dos índios e a criação de irmandades religiosas, usadas como instrumentos para impor a evangelização e coibir o que veio com o negro africano e com o que já estava aqui, na pajelança dos índios. O desmascaramento salvacionista que assimilou o catolicismo à sua moda, com crenças diversas, unidas às indígenas e negras, acrescidas às que veio com o colonizador, foi o suporte sagrado na construção da nação brasileira.

Desde a descoberta das terras brasileiras (1500) até a instituição da Primeira República do Brasil (1891), a intolerância religiosa tomou conta da Nação. No período colonial, por exemplo, exigia-se que todos os colonos fossem católicos, pois essa era a religião oficial do País. Com o fim do período colonial e entrada do período monárquico, a Constituição Imperial (1824) passou a tolerar cultos de religiões não católicas, entretanto, esses cultos deveriam ser domésticos, pois o catolicismo continuava sendo a religião oficial (SANTOS, 2009, p.17.).

Em decorrência disto, a religiosidade imposta e a indicada pelos colonizadores era o catolicismo, as crenças do povo da diáspora afro-brasileira eram vistas como demonizadas, e não verídicas, sob esta perspectiva, não se podiam cultuá-las, principalmente por pertencerem ao negro escravizado.

Para tanto, retomando a epígrafe dos escritos de BHABHA (2013), no início deste trabalho, quando menciona a escritura bíblica dos cristãos rompendo a crença dos indianos, e acrescentando ainda mais aqueles escritos, percebe-se quando o estudioso relata “[...] todos se uniram para reconhecer a superioridade das doutrinas desse Livro Sagrado com relação a tudo do que dele tinham ouvido ou conhecido até então (BHABHA,2013, p.73)”. Comparando um pouco ao Brasil, em relação ao extermínio de cultura primeva, salienta-se que a Índia possuía a sua própria cultura, mas que os missionários tinham a perspectiva de doutrina, mesmo sabendo que aquela população não comia a carne de boi, como os cristãos faziam no Livro Sagrado, não havia o devido respeito da cultura encontrada. A partir destes esclarecimentos da pesquisa feita por AnundMesseh em 1817, relatado por BHABHA, esses estudiosos demonstraram a força dos primeiros catequistas indianos, que com a palavra escrita, tentaram converter a religiosidade dos indianos.

Em particular, a religião que mais seguiu os parâmetros religiosos africanos foi o candomblé, que ao longo de seu percurso ritualístico no Brasil, existiu uma plêiade enorme de estudiosos dessa religiosidade, embora ainda presos a certos cânones ritualísticos oriundos da



oralidade vivenciada nos barracões², insistiam em dizer que não podiam desvendar, pela escrita, o que se devia aprender pela oralidade, que é considerada uma tradição africana. Durante décadas, essa religião se fechou em seu universo sagrado, mas que agora, muitos conceituados escritores estão produzindo muitos escritos acerca dessa ritualística.

Numa visão mais do sincrético religioso, apresenta-se a Umbanda, religião genuinamente brasileira, considerada inferior na concepção de alguns candomblecistas ou até mesmo um passo obrigatório para a chegada ao candomblé, para tanto, “A Umbanda é considerada por muitos médiuns uma via de acesso ao candomblé, uma espécie de preparação para atingir um nível superior. Iniciar-se no candomblé significa um retorno às origens, uma maneira de tornar-se “africano” (grifo da autora) (CAPONE, 2004, p.27)”. Calçada na mistura de crenças e rituais africano, indígena e europeu, essa religiosidade fez 105 anos, em 15 de novembro de 2013.

Nessa perspectiva, um destaque especial deve ser dado às elaborações conceituais acerca das religiões homogêneas brasileiras, e a problematização da presença delas, no espaço público no Brasil. Tais reflexões iniciais orientadas por Emerson Giumbelli³ são estudos interessantes sobre a presença das religiosidades que dominaram o contexto estudado pelo autor. Ressalta-se, porém, que mesmo depois de uma abordagem rápida dessas crenças expostas pelo estudioso, o que se pretende assinalar é uma ancoragem maior aos estudos das religiosidades afro-brasileiras.

Para reabrir a conversa com esse pesquisador, é factível assinalar que suas pesquisas foram feitas nas áreas de história e ciências sociais. É essencial a localização do tempo marcado dos estudos, que no caso, pertence aos anos 50 do século XX, cujo campo religioso predominante era o catolicismo.

A análise de GIUMBELLI (2008) direciona para o censo daquele tempo, e caminha suas reflexões para os meados de 50. Sustenta que o catolicismo era composto de 94% da população brasileira e ao se passar dez anos, quase nada havia mudado. Para corroborar tal assertiva, é

²Terreiro de candomblé é como são geralmente conhecidos os templos de candomblé ou Espaço de Religião de Matriz Africana. Mas também são chamados de casas, roças e, dependendo da nação, podem ser chamados de barracões ou, ainda, pela palavra correspondente a casa nos vários idiomas africanos, ou seja: em yoruba, terreiro é egbe e casa é ilé [...] Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro_de_candombl%C3%A9, no dia 31 de maio de 2014.

³Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS; Autor de *O Cuidados dos Mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo* (1997). Disponível em: www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2, acessado no dia 30 de maio de 2014.



factível dizer que existiam outras nuances da presença maciça dessa religiosidade, desde o período do descobrimento, a igreja católica detinha o controle de 60% das escolas secundárias e 30% das escolas superiores. Havia uma força social e uma proximidade maior com o Estado por essa religião. É a partir destas relações, que essa crença detinha a “força, poder e prestígio” (grifo do autor) e obrigava o povo brasileiro a participar de seus rituais de batismo e missa de sétimo dia.

Por fim, a análise de Giumbelli fica centrada nas estatísticas oficiais que ofereciam uma lacuna e não apresentava informações sobre os dados da variedade dos cultos de denominação “espírita” a que se referia às religiosidades que tinham o transe mediúnico em sua doutrina, como também o pentecostalismo. Tudo isso, para o pesquisador, permite estabelecer que o catolicismo estava deixando de ser homogeneizador. Julga-se, portanto, que os católicos ficaram em alerta, com os dados censitários entre 1950 e 60, 83,5% de católicos, 8,1% de protestantes, 6% de espíritas e 2,4% sem religião (apud Camargo, 1973, GIUMBELLI, 2008, p.80-85).

Os protestantes e a disputa constante

Surge, então, o ameaçador da igreja católica, os protestantes. Nesse sentido, vale um aparte histórico do autor acerca da religiosidade pentecostal. Um fato interessante quando enfatiza que ela está no Brasil, desde a segunda década do século XX e as primeiras igrejas criadas foram as “Assembleias de Deus” e a “Congregação Cristã do Brasil”, que são duas denominações pentecostais criadas na década de 50, que trouxeram inovações a essa religiosidade.

Considerando essa abordagem da historicidade evangélica, primeiramente, vale-se dizer que sua origem deu-se num evento chamado A Cruzada Nacional de Evangelização, através do missionário americano H. Willims, em 1946. Depois disso, esse religioso esteve no Brasil, em 1953, e percorreu toda a São Paulo acompanhado de um guitarrista, ator de filmes de faroeste. Em solos brasileiros, implantou uma filial da Igreja do Evangelho Quadrangular, que tinha como foco principal, a cura religiosa inspirada pelo Espírito Santo. Nestes quadrantes, percebeu-se a intenção verdadeira de inovação da doutrina do pentecostalismo anterior.



Dentro desse contexto de renovação pentecostal, havia uma necessidade de criar uma religiosidade, extremamente, brasileira, em consequência, surgiu, por Manuel de Mello, migrante pernambucano, a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Esse religioso estabeleceu-se em São Paulo, nos anos 40, em que trabalhou como operário, e segundo esse senhor, desejava uma religiosidade com raízes brasileiras e fundou a sua doutrina.

Pode-se dizer que a intenção era disputar espaço com o catolicismo e dialogar com ele, mas diferente da linguagem do latim usado nas Bíblias católicas, essa doutrina, “O Brasil para Cristo”, ensejava por uma linguagem simples na leitura da Bíblia. Consequentemente, “A Brasil para Cristo” tinha como referência uma religiosidade extremamente brasileira e abria caminho para outras seitas muito importantes, como a “Deus é Amor”, nos anos 60, e nos anos 70, a “Igreja Universal do Reino de Deus” (GIUMBELLI, 2008, p.85-88).

O mineiro Xavier

Para dar início às reflexões, ainda, de Giumbelli, sobre o espiritismo de Kardec, parte-se do excerto do importante médium brasileiro nascido em Minas Gerais. Nas décadas de 30, surge na psicografia de Francisco Cândido Xavier que o Brasil seria “pátria do evangelho”. Para reiterar a importância desse homem, basta dizer que se tornou conhecido, nos anos 30, em 2006, foi eleito por uma revista semanal como “o maior brasileiro de todos os tempos”.

Com nenhuma noção acadêmica, lançou os seus primeiros livros, entre eles *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Com isso, o espiritismo de Kardec, importado da França, firma suas raízes no Brasil. Nestes quadrantes, basta acrescentar que sua conquista se dá, através de adeptos e propagandista escolarizados e suas práticas terapêuticas, movidas pelo critério exclusivo da “caridade”. Vale dizer que a década de 50 marca a trajetória de Chico Xavier e sua primeira biografia é publicada em 1954. Nesta obra, realça-se a conduta de um médium cristão que se calcifica em temas de sofrimento, missão, perdão e do afastamento do mundo. Imbuídas nesse contexto, as referências católicas, principalmente a de São Francisco de Assis e Maria.



Os intelectuais negros Haúça maometanos

Adentrando nesse momento nos espaços africanos, nas entrelinhas de Casa Grande e Senzala, para ressaltar outra religiosidade de cunho africano, composta pelos próprios negros oriundos de África.

Como em toda história religiosa relata a origem de alguma influência, há de se retroceder de 1950 para os idos de 1835, e habitar as páginas de Gilberto Freire⁴, para refazer a presença dos africanos no Brasil, em face de alguns fortalecimentos de saberes afros. Nessa emergência de novos enfoques da presença da etnia negra e de sua cultura que contagiou os solos tupiniquins, através da diáspora africana, alcança-se o Sudão Ocidental, área de cultura maometana.

Nessa formação e transformação de cultura, surgem os Haúça maometanos com suas grandes monarquias ou reinos – Daomei, Benim, Axanti, Haúça, Bornu, Ioruba, sociedades ditas como secretas com habilidades exuberantes da vida política, agricultura, criação de gado e comércio. É a partir dessas relações, que se infere ser um povo com grande habilidade artística nos trabalhos com pedras, ferro terracota dentre outras mais.

Segundo Freire, (apud Nina Rodrigues), os Haúça maometanos eram por demais intelectuais e sociais aos extremos e se organizam religiosamente. Em 1835, na Bahia, provocavam revoltas nas senzalas e usavam por demais as suas habilidades de dominação. Na verdade, eram tidos como aristocratas nas senzalas e causavam grandes revoluções. Além disto, possuíam uma organização política adiantada, como também uma literatura religiosa escrita, e não se conformavam terem posição de inferioridade aos portugueses.

De acordo com relatos de Freyre (apud Abade Étienne), o islamismo ramificou-se no Brasil numa seita poderosa e permeou os escuros das senzalas. Sabe-se, portanto, que da África vieram “mestres e pregadores a fim de ensinarem a ler no árabe os livros do Alcorão”. De acordo com esse estudioso da Casa Grande, aqui funcionaram escolas e casas de oração maometanas (FREYRE, 1987, p. 310).

Pontua-se, novamente, com os conceitos de Freyre, quando se diz que na Bahia, houve uma intensa ênfase nessa religiosidade entre os escravos, para tanto, lia-se o alcorão, que pregava a doutrina do profeta Maomé, contrária a de Cristo. Na contramão religiosa,

⁴ Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, editora José Olympo., rio de Janeiro, 1987, 25ª edição, p.309-313.



praguejavam as missas católicas e diziam ser essa religião adoradora de pau, e enfatizavam que os rosários cristãos, que continha a cruz de nosso senhor, opunham aos deles com noventa e nove contas de madeira, que se sobrepunha a cruz dos rosários católicos. Por isso, infere-se que, por alguns momentos, o catolicismo rendeu-se a essa influência maometana, assim como fez com as crenças indígenas e dos negros menos cultos. A exemplo desse sincretismo mulçumano, têm-se as orações para livrar o corpo da morte, guardar a moradia dos ladrões, além de outras mais. Ainda, segundo Freyre, havia uma predisposição de negros e mestiços para o Protestantismo, que era um “inimigo da missa, dos santos, dos rosários com a cruz, que se explique pela persistência de remotos preconceitos anticatólicos, de origem maometana (FREYRE, 1987, p. 312)”.

É fato que os escravos malês tiveram grande influência na cultura desenvolvida pela formação do brasileiro. Todas essas críticas descritas pelo autor induzem-se que o catolicismo, que permeava as casas-grandes, se rendeu aos conceitos mulçumanos causando submissão aos religiosos de poder do catolicismo. Na verdade, houve uma “interpenetração de influências de cultura no desenvolvimento do catolicismo brasileiro e da língua nacional (FREYRE, 1987, p.313).”

O candomblé – caminhos eternos da diáspora africana

Com o propósito de integrar a cultura do negro da diáspora africana, nesses estudos, infere-se acerca da troca cultural ocorrida no novo mundo, através da religiosidade oriunda dessa etnia. Juana Elbein dos Santos (1986) enfatiza que engajados, forçosamente, nestes contextos de colonização, trouxeram de sua saudosa terra, particularmente chamada de Costa dos Escravos, todo ingrediente formador da cultura afro-brasileira. “Durante três séculos, os diversos grupos étnicos ou “nações” de diferentes partes da África Ocidental, Equatorial e Oriental forma imprimindo no Brasil suas profundas marcas (SANTOS, 1986, p.27) ”.

Sabe-se que cambiaram muitos conhecimentos oriundos do velho continente e um dos símbolos culturais dessa cultura afro-brasileira deu-se, primeiramente, através do candomblé, religião que deveria se considerar genuinamente africana, mas que não pode receber essa denominação por ter sido recriada em berços brasileiros, por motivos de adaptações aos paramentos ritualísticos.



Engajados nas complexas discussões acerca de genuinidade dessa crença, retomam-se os conceitos de Stefania Capone, na obra *A Busca da África no Candomblé*, em 2004, quando enfatiza que

[...] a fidelidade a um passado africano se torna um sinal positivo de coesão social e cultural. A ‘memória negra’ marca a fidelidade às origens e, portanto, a pureza do culto em questão. Em compensação, a traição às origens, causadas pela perda dessa memória coletiva, caracterizaria os cultos ‘degenerados’ ou ‘degradados’ (grifos da autora) (CAPONE, 2004, p.29).

Percebe-se que estudos dessa natureza, através da oralidade, demandam extensa e intensa pesquisa documental não existente, até há pouco tempo, nessa religiosidade. É sabido que os estudiosos do passado tiveram que adentrar os terreiros dos candomblés da Bahia, e muitas vezes, sem a devida vocação religiosa, transformarem-se em adeptos do culto, somente para concretizarem suas pesquisas em campo de estudos.

Nina Rodrigues e Arthur Ramos, nos anos de 1930, fizeram suas pesquisas no Gantois; Édison Carneiro no Engenho Velho; Roger Bastide, Pierre Verger, Vivaldo da Costa Lima e Juana E. dos santos, entre outros no Axé Opô Afonjá.[...] Essa concentração implicou também o estabelecimento de vínculos muito especiais entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Assim, Nina Rodrigues e Ramos se tornaram *ogãs* [...] Da mesma forma, Édison Carneiro era ogã do Axé Opô Afonjá [...] e Pierre Verger, que havia recebido o título de *Oju Oba*⁵, assim como muitos outros antropólogos receberam cargos rituais nesse terreiro [...] ((CAPONE, 2004, p.20).

Quando se trata de candomblé há de se induzir que não se deixarão de suscitar outros debates acerca de seus segredos na religiosidade. A pureza do culto, a manutenção de seus segredos, a vivência no espaço sagrado para a aprendizagem do culto, através da oralidade são conceitos básicos e engessados nesta cultura religiosa. Salienta-se, quase com uma certeza de que aqueles estudiosos não tiveram acesso aos seus segredos, e se assim o fizeram, depois de comprometidos no culto, não seguiram adiante com seus escritos, ou porque tiveram consideração com a sua egrégora, seita, ou se relatassem, através da escrita, poderiam sofrer alguma represália por parte de seus líderes religiosos.

⁵ Oju obá é uma palavra da língua yorubá que significa Olhos do Rei ou Os Olhos de Xangô, é um Oyê (título honorífico africano dado àqueles que se tornassem altos sacerdotes e dignitários do culto de Xangô na África). Disponível em: <http://www.triangulodafraternidade.com/2014/01/oju-oba-os-olhos-de-xango.html>, em 01 de junho de 2014.



Isto posto, não se pode falar do candomblé sem levar em consideração outros cultos afro-brasileiros, que percorre o mesmo caminho religioso, ainda que ajude a definir fronteiras, não se almeja dizer qual o certo e qual o errado, qual o melhor e qual o pior, não são esses os objetivos destes escritos, e sim valorizar essas culturas religiosas que carregam valorosos conceitos do sagrado de alguns países do continente africano.

Dizem ser o autêntico sagrado brasileiro

A partir das considerações acerca de religiosidade ligada à cultura africana, o candomblé, esse episódio destaca a Umbanda, considerada uma religião autêntica brasileira. Em sua vertente espírita, diz-se que surgiu em 1908, através do Caboclo Sete Encruzilhadas, incorporado no médium Zélio Fernandino de Moraes, numa sessão espírita kardecista, na Fundação Espírita de Niterói, neste lugar, na verdade, obteve o seu registro de nascimento.

Entretanto, há quem diga que a Umbanda já existia muito antes desse episódio, mas que naquele momento, houve a necessidade de ser reconhecida devido ao áspero caminho percorrido por seus adeptos. Mesmo porque os aspectos de benzeduras, passes e manifestações espirituais já existiam há muito tempo.

Quando o assunto é religião afro-brasileira, o caráter folclórico ocupa espaço significativo no imaginário popular. Ainda mais quando estamos diante de um imenso espectro de religiões entendidas como tal: candomblé, jurema, macumba, tambor de mina, umbanda, Xangô do Nordeste etc. A Umbanda, entretanto, apresenta uma peculiaridade que a diferencia das demais: enquanto os adeptos das religiosidades mais africanizadas buscavam legitimar suas práticas exaltando a pureza das tradições nagô, os líderes do “movimento umbandista” fizeram questão de apresentá-la como religião brasileira (OLIVEIRA, 2008, p.19).

Para esse autor, a composição das três etnias formadoras da nação brasileira, era também a composição religiosa: o catolicismo do branco, a pajelança dos índios, e os orixás do africano. Entretanto, o que se percebe, por se tratar de desencarnados, indivíduos falecidos, e incorporação dos mesmos, a característica da etnia branca europeia inserida nessa religiosidade está ligada mais aos franceses da doutrina de Kardec, do que a dos católicos. Para tanto, sabe-se que no catolicismo, não existe o fator mediúnico e nem tão pouco a incorporação. Com



feito, o uso de imagens católicas foi apenas um referencial aos Orixás africanos, de modo a não sofrerem repulsas por parte do colonizador, nas Casas Grandes.

Considere-se, neste sentido, outro aspecto da Umbanda. Vista também sob outro ângulo esotérico, cultura os ciganos, o indianismo e às vezes tem simpatia pelo budismo. Para ratificar esses conceitos, insere-se Alexandre Cumino,

Ela amadurece com capacidade ímpar e recicla-se o tempo todo em busca de uma identidade. Tem a vantagem de aprender com os acertos e erros das outras religiões, buscando uma visão mais universalista para explicar a realidade que nos cerca (CUMINO, 2010, p.29)

184

Percebe-se que o campo em que esse ambiente religioso se estabelece não deixa de ser o cultural. É sabido que religiosidade caminha simultaneamente com cultura, e a presença da cultura negra nessa religiosidade dá-se, através do culto aos Orixás, nos percalços de suas narrativas que só permanecerão intactas, se essa figura de narrador ficar para sempre ou se não for distorcida, para tanto a necessidade de registros. Para se tornar esse conhecimento precioso e mais acessível aos leitores é o desafio contundente da escrita.

Vale-se dizer que essa religiosidade traz também a ancestralidade do negro, através da figura dos pais e mães velhos, espíritos que foram escravos no Brasil ou na África. Junto a essas denominações, vêm suas raízes: angola, congo, dentre outras nomenclaturas afins a lugares africanos. Convém lembrar que assim como o candomblé, o respeito aos mais velhos prevalece.

Para complementar este objeto de estudo, cumpre fazer uma rápida referência à linguística e adentrar na teoria das linguagens escrita e falada e perceber a sua importância, em relação à religiosidade afro-brasileira.

A oralidade se sobrepõe à escrita

Partindo do pressuposto de Joaquim Mattoso Câmara Jr.(2012), quando ressalta que as comunicações dão-se através, primeiramente, do som e da visão para depois se transformarem em símbolos, para ele, a palavra escrita não passa de um *ersatz* da fala, ou seja, um substituto da oralidade. Por outro lado, não há de se esquecer que a comunicação oral foi muito importante nas civilizações antigas consideradas, assim, as mais básicas. Além disso, para se perceber o funcionamento da linguagem humana é preciso partir desta modalidade de linguagem.



A respeito da oralidade, têm-se os gestos com as mãos, as expressões faciais, o timbre de voz, a entoação pelos quais se dão as mensagens, enfim, uma série do jogo fisionômico, que é traduzido por outros códigos na escrita, que por muitas vezes, estão ausentes nessa última modalidade. Em virtude desses aspectos, pelas riquezas de recursos que facilitam a comunicação, alinguística e a oralidade se sobrepõem à escrita. Além desses efeitos, os fenômenos psíquicos estão inseridos na oralidade, tais como antipatia e empatia, sem pensar no fato de que essa modalidade tem a primazia de prender mais a atenção que a grafia (CÂMARA JÚNIOR, 2012, p. 14-16). Cabe ressaltar, ainda, que na modalidade oral tem-se mais flexibilidade, pois se diz, hesita-se, reduz-se, volta-se atrás e corrigem-se interpretações.

A modalidade escrita - formalizações de discursos

Desde que o homem começou a organizar o pensamento por meio de registros, a escrita foi se desenvolvendo e ganhando espaço na sociedade, com a busca de propagação de ideias e divulgação de informações.

É válido lembrar que os hieróglifos foi o início dessa escrita que estava ligada com propósitos sacros e cotidianos, dessa forma, só depois com o contato com o grego e o romano esses símbolos evoluíram para o hierático. Os hieróglifos eram usados em túmulos e são os registros mais antigos da civilização. Considere-se, neste sentido, que a escrita exige estudo e experiência em seu manuseio sob um grande número de regras gramaticais que resulta numa língua.

Um dos laços importantes da comunicação da humanidade é a escrita rupestre, que por um carinho da natureza, ainda deixa vestígio da comunicação do homem pré histórico. Assim, na evolução da humanidade, a utilização de registros impressos torna-se indispensáveis às relações socioeconômicas e da cultura. Para tanto, sabe-se que a escrita coloca em símbolo o vivido, exige que se inventem palavras para traduzir o perdido e resgatar memórias. Sua função é seguir regras de seu universo literário para tentar compreender o ininteligível. Neste contexto, ela evidencia vestígios que servem de clareiras para novos debates, tece tramas e desbrava formas composicionais de diferentes gêneros.



Religiões sem registros

Ao contrário das religiosidades mencionadas, a Umbanda e o Candomblé não possuem um código único de escrita, conseqüentemente, toda experiência religiosa gira em torno dela, através de oralidade hermética, ou seja, suas doutrinas ou modos de rituais são abertos, mas os seus fundamentos são para acesso de poucos e são protegidos por essa oralidade. Não se deve esquecer de que judeus e cristãos trouxeram negros em navios encharcados de doenças para o trabalho escravo e com eles, sua crença em seus deuses e entidades. Foi, exatamente, através da religiosidade, que conseguiram suportar o saudosismo de suas terras e de seu sagrado e por isso, para que se tornassem poderosos em magia, havia a necessidade de preservar as suas ritualísticas.

Embora não se tenha uma escrita codificadora, essas religiosidades são apoiadas por imunidades tributárias no artigo sete, inciso da VI da CF/1988, tidos como "cláusulas pétreas", ou seja, dispositivos que não podem ter alteração, nem mesmo por meios de emenda, tendentes a abolir as normas constitucionais relativas às matérias por elas definidas. Conseqüentemente, são inerentes de alterações.

A tudo isso exposto acerca da oralidade e da escrita, é justamente para introduzir a demanda causada pelo juiz⁶ que, de modo preconceituoso, não reconheceu as religiosidades de matriz africana como religiões, por não possuírem um código único, como a Bíblia e o livro do alcorão. Enfatizou ao dizer que por não terem um livro base para se guiar, e não cultuarem uma única divindade, não se consideraria como religiosidades, o candomblé e a Umbanda. Logo depois, voltou atrás com uma retificação em reconhecer o caráter religioso dos cultos africanos.

Neste contexto de explicação, desponta a falta de conhecimento advinda do magistrado em não saber que a exteriorização dessas crenças, vem através dos tempos, com transmissão, puramente, oral, que de geração em geração e foram trazidas pelos antepassados, sem que houvesse a formalidade de reuni-las em compêndios, e através dessas crenças é que se reconhece a pluralidade cultural que cerceia a nação brasileira.

⁶O juiz federal Eugenio Rosa de Araújo, da 17.^a Vara Federal do Rio, que disse não considerar religiões as manifestações afro-brasileiras. Disponível em: <http://www.blogdajoice.com/lideres-religiosos-criticam-juiz-que-nao-considera-religioes-cultos-afro-brasileiros/> Acessado em 12 de junho de 2013



Na verdade, a tradição oral trata de memórias individuais na transmissão um a um para diversos envolvidos no processo, é desse jeito que se passam os conhecimentos. Pontilha-se, portanto, que a disseminação de valores é imbuída na cultura de tradição oral, de fato, há um mecanismo de memória coletiva de gerações passadas. Entretanto, para alguns pesquisadores, não se pode dar valor a uma tradição oral porque não se encontram vestígios de experiências místicas para que alguém possa servir de testemunhas. Para tanto, a falta de registros formais da Umbanda e do candomblé faz com que essas religiosidades não sejam vistas como seitas, por indivíduos que desconhecem todas essas tradições.

Vale ressaltar, para fins de futuros diálogos ou contestações, que o ilustre e estudioso do passado de um arquivo morto, Tancredo da Silva Pinto, disse que desde há muito tempo, comentou acerca da falta de registro doutrinário dos cultos afro-brasileiros. Sabe-se, portanto, que, infelizmente, só se pensaram em Federação⁷. Para tanto, percebe-se muito bem, que tal órgão não dá, assim, muita legitimidade ao culto. Muito se tenta perpetuar as religiões de matrizes africanas, e a PUC-RJ elaborou uma cartilha que diz

A legalização, e conseqüentemente a institucionalização das casas de religiões de matriz africana, dará um passo importante na valorização e reconhecimento do seu legado cultural, e também favorecerá a construção de um caminho virtuoso de respeito às diferenças e garantia da igualdade entre os segmentos religiosos em nosso Estado.⁸

De fato, esse foi um passo importante para as religiosidades de matriz africana, pois conduz como legalizar, inserindo CNPJ, nas comunidades de terreiros de modo que sejam reconhecidos pelo Governo Federal, como religiões importantes e que podem receber os mesmos privilégios de outras, através deste Órgão. Portanto, é a partir desta documentação empresarial que se dá a legalização e não através de Federações. Nestes quadrantes, percebe-se a preservação dessa cultura dos terreiros que se remete ao reconhecimento da pluralidade cultural da Nação brasileira. “Oxalá chegue em breve o dia em que haverá igualdade, ausência de hierarquias e mesma dignidade entre todas as formas de exprimir a crença religiosa. Que esta

⁷As religiões afro-brasileiras, Candomblé, Umbanda e outros cultos afro, devido à sua expansão e atual divulgação pelo Brasil, Portugal, América do Sul, Europa e África, encontram-se representadas por federações, associações, núcleos, grupos, etc., que tutelam, legalizam e representam os religiosos e suas casas de culto, assim como seus filhos (seguidores). Disponível em: [Wikipédia pt.wikipedia.org/](http://pt.wikipedia.org) acesso em 12 de junho de 2014.

⁸ Disponível em: <http://www.jur.puc-rio.br/depto/wp-content/uploads/2013/08/Cartilha-para-Legaliza%C3%A7%C3%A3o-de-Casas-Religiosas-de-Matriz-Africana.pdf>, acesso em 15 de junho de 2014, p.4



cartilha possa ser útil na construção deste ideal (Cartilha para legalização de Terreiros, 2012, p.10)”.
188

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nesses estudos, apenas seis segmentos religiosos foram abordados, sendo que alguns deles têm a escrita como código sagrado. Conseqüentemente, o mais importante, a Bíblia, é a forma mais antiga de escrita da humanidade. Este instrumento sagrado é importantíssimo para o catolicismo e neopentecostalismo que a tem como referencial de fé. Ratificando, é a palavra de deus com o homem, em busca de fundamentos religiosos, e com isso, cria-se um vínculo do profano com o sagrado, para que se sigam as palavras de Deus.

Por esse viés literário escrito e religioso, recorda-se, também, a formalização do sagrado dos muçulmanos que se dá pelo alcorão ou Corão, que é registro de palavras reveladas por Deus ao profeta Mohammad. E como já foi mencionado, Kardec, que assinala O Livro dos Espíritos como referencial de escrita do Espiritismo.

Retomando, agora, o aspecto de legalização de dogmas, através da escrita das religiosidades para que as mesmas tenham credibilidade, conforme apelação do juiz acima mencionado, há de se convir que nas religiosidades de matriz africana, é quase impossível, pois não se tem como codificar a doutrina de Umbanda, uma vez que esta pertence a um leque de doutrinas, como também codificar o candomblé, pois é uma religiosidade velada em seus parâmetros rituais.

Parte-se do princípio que a oralidade é a modalidade mais importante na sustentação dessas crenças afros, entretanto, ressalta-se a necessidade da escrita, como código para obtenção de respeito e legitimidade na sociedade, o que não se pode deixar à parte. Cabe ressaltar que não é fácil lidar com a resistência de manifestações em considerar esses sagrados de menos importância e o pior, menosprezá-los como cultura formadora da Nação, por não ter um código único para representá-los.

A tudo isso exposto pode se inferir que são formalizações de discursos, tendo a escrita como importante meio para a elaboração dos mesmos. Portanto, alguns pesquisadores apontam que o acesso aos estudos de experiências religiosas dá-se pelos textos escritos ou por



testemunhos de fé. Esses são exemplos de vieses culturais que reavivam a memória do sagrado, que carregam consigo um forte vínculo pela veracidade, através da escrita sagrada.

Na verdade, o conceito de místico, entre os estudiosos, dá-se pela tentativa de colocar por escrito, momentos experimentais desses sagrados, conseqüentemente, o escrito pode ser interpretado a cada tempo. Na tradição religiosa em que a escrita está imbuída, a palavra é acatada por quem a profere, por quem a domina, este passa a ser o guardião da mesma e com isso, adquire o poder, ritualmente, transmitido. Para tanto, o propósito final desse contexto é que cada religião deve ser considerada em si mesma, em sua totalidade, em seu modo de cultivar e que deve ser acatado o seu *modus operandis*, e é o que se ressalta nas religiões afro-brasileiras.

Então, sugere-se uma literatura comum a toda Umbanda, sem mesmo tocar em ritualísticas, como também no candomblé. Discursivamente, entende-se que a oralidade faz parte destes contextos, mas o receio da perda de mais detalhes destas religiões vem permeando entre os escritores dessas religiosidades. Muito se fala nesse contexto de deturpações de códigos de magia, como também de conceitos religiosos.

Sem discutir a complexidade dessas afirmações e suas implicações, revisitam-se todas as demandas de intolerâncias religiosas do passado e do presente acerca desses cultos e insiste-se em um diálogo maior travado entre grandes escritores da memória dos arquivos, junto aos contemporâneos, que são exímios estudiosos de grande competência, de modo a conferir novas dimensões para essas religiosidades para que as mesmas adquiram o devido respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*, tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves, 2ª edição, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

CAMARA Júnior, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*, 29ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012,.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé, tradição e poder no Brasil*. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CUMINO, Alexandre. *História da Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: Madras, 2010.



FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª edição, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1987.

GIUMBELLI, Emerson. *Religiões no Brasil dos anos de 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade*. In: PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 3, nº 1, 2012, p. 79-96.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de. *Das macumbas à Umbanda: uma análise histórica da construção de uma religião brasileira*, Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2008.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. *Formação de professores e religiões e matrizes africanas: um diálogo necessário*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Repensando África, volume 4).

SANTOS, Juana Elbein dos. *OsNàgô e a morte: Pàde, àsèsè e o culto Égun na Bahia*. Traduzido pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis, Vozes, 1986.